

DOI:

Artigo

**O AGRESTE EM GUERRA: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE  
ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA  
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1823)**

**AGRESTE AT WAR: A HISTORICAL STUDY ON ITAPICURU IN  
THE CONTEXT OF BAHIA'S PARTICIPATION IN BRAZIL'S  
INDEPENDENCE (1822-1823)**

Thiago Pinto Dantas<sup>1</sup> – 0009-0002-7618-3766

Luciana Conceição de Almeida Martins<sup>2</sup> - 0000-0001-7652-8192

<sup>1</sup>Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Salvador, Brasil -  
thiago.dantas@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup>Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Salvador, Brasil -  
luckianas@gmail.com

**RESUMO:**

No ano do bicentenário da participação da Bahia na guerra de independência do Brasil, muitas produções historiográficas destacaram novas problematizações que enriquecem a discussão do tema proposto e muda o enfoque da historiografia clássica, baseada no âmbito militar de rivalidades entre as tropas dos exércitos português, alocado na Capital baiana, em oposição ao exército pacificador, cuja base de operações estava no Recôncavo. Com base nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo problematizar sobre como Itapicuru, uma das vilas mais antigas da Bahia e representante da região Agreste, conseguiu reunir localidades vizinhas no apoio e reforço nas batalhas em prol da consolidação da independência do Brasil. Os resultados dessa pesquisa, respaldada na História social de viés regional, mostram que outros espaços e sujeitos sociais do extenso território baiano, foram significativos e estratégicos no âmbito do reforço nas batalhas que legitimam o 2 de julho.

**Palavras-chave:** Guerra de Independência na Bahia; Vila de Itapicuru; Relações de poder.

# O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

## ABSTRACT:

In the year of the bicentenary of Bahia's participation in Brazil's war of independence, many historiographical productions highlighted new problematizations that enrich the discussion of the proposed theme and change the focus of classical historiography, based on the military scope of rivalries between the troops of the Portuguese armies, allocated in the Bahian capital, in opposition to the peacekeeping army, whose base of operations was in Recôncavo. Based on this perspective, this article aims to discuss how Itapicuru, one of the oldest villages in Bahia and representative of the Agreste region, managed to bring together neighboring localities to support and reinforce the battles for the consolidation of Brazil's independence. The results of this research, supported by Social History with a regional bias, show that other spaces and social subjects in the extensive Bahian territory were significant and strategic in terms of reinforcing the battles that legitimized the 2nd of July.

**Keywords:** War of Independence in Bahia; Itapicuru Village; Power relations.

## Introdução

No âmbito dos estudos historiográficos e no campo do ensino de história, quando se menciona a participação da Bahia nas lutas pela independência do Brasil, o destaque recai para a atuação de tropas, batalhas, estratégias militares e protagonistas que atuaram na Capital Salvador, seu entorno e no Recôncavo Baiano. Pouco se discute sobre o importante apoio das áreas pertencentes ao Agreste Baiano.

Durante as comemorações do bicentenário do 2 de Julho, no ano de 2023, notamos que nos variados eventos acadêmicos, comunicações nas instituições históricas clássicas, produções de documentários televisivos difundidos em mídias de massa, publicações de obras digitais e impressas, não houve uma preocupação em incluir nem ampliar o rol de vilas que protagonizaram as lutas, muitas vilas não foram sequer citadas.

Trata-se de um paradoxo, haja vista que existem inúmeras citações de historiadores baianos clássicos e contemporâneos (as) como Luiz Henrique Dias Tavares (2001), Pedro Calmon (1923), Afrânio Peixoto (1923), Ladislau dos Santos Titara (1973), Manoel Correia Garcia (1900), Damasceno Vieira (2019), Aristides Milton (1903) e sergipanos como Maria Thetis Nunes (2000) e Samuel Albuquerque (2022) que destacam a participação da vila de Itapicuru e do seu Capitão-mor no processo de independência das Províncias de Bahia e Sergipe. Além das inúmeras cartas, atas e ofícios do conselho interino do governo da Bahia que comprovam e chancelam as citações dos autores acima

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

citados, e que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Segundo Maria Thetis Nunes (2000), a participação do Itapicuruense João Dantas fôra mais importante do que a do próprio Labatut no êxito da adesão sergipana a independência do Brasil. O referido fato também é narrado no livro *Paraguassu Epopéia da Guerra da Independência na Bahia*, do historiador baiano, autor do Hino ao Dois de Julho, Ladislau dos Santos Titara (1973), no qual relata sobre a participação do Capitão-Mor de Itapicuru nas lutas em prol da independência, destacando o esforço de guerra advindo daquela localidade longínqua.

Com base nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo problematizar sobre como Itapicuru - uma das vilas mais antigas da Bahia – conseguiu reunir localidades vizinhas no apoio e reforço a fim de tornar a Província da Bahia e o Brasil, independentes de Portugal.

A partir do objetivo posto acima, elencamos algumas questões basilares nesse estudo: A primeira é como compreender o processo de ocupação da importante Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, a partir de reflexões sobre a identificação étnica que existia e das relações de poder durante o Período Colonial, antes mesmo de adentrarmos o século XIX? A partir do contexto de vivência na área, como ocorreu o processo de integração regional sob a liderança de Itapicuru e com participação do povo do Agreste em apoio às lutas da participação da Bahia na independência do Brasil? Ou seja, como Itapicuru conseguiu mobilizar as localidades vizinhas em uma guerra que estava socialmente e geograficamente distante daquele povo? O que a Região Agreste da Bahia lucraria contribuindo no processo de independência de Portugal? O que uma região já na divisa com a Província de Sergipe e economicamente insignificante (em relação ao Recôncavo) acrescentaria em uma guerra de grandes proporções.

Para tentarmos responder às questões propostas, discutiremos inicialmente a compreensão sobre a região Agreste, em específico, sobre a constituição da Vila de Itapicuru.

### **A região agreste e a formação da vila de Itapicuru**

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

## O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

Ao adentrarmos nesta importante Freguesia do Arcebispado da Bahia no século XVII, faz-se necessário compreendermos o seu entorno, ou seja, a região a qual estava localizada a referida representação católica. Assim, a região Agreste está situada na divisa com Sergipe e segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC),

[...] está inserido nos biomas de Mata Atlântica e Agreste. Possui as bacias do Rio Real, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca; áreas alagadas como brejos, lagoas, manguezais e cascatinhas, além de áreas de proteção ambiental do litoral norte do Estado, Mangue Seco e a plataforma continental do litoral norte. (SIPAC, s.a, s.p).

O Agreste baiano neste período era habitado originariamente por povos indígenas, cujo elemento nativo se espalhava por vasta expansão territorial (Da VIDE, 2011). Segundo a historiadora Consuelo Pondé de Sena (1979), em sua obra intitulada *Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano Itapicuru 1830 – 1892*, na qual cita Luís dos Santos Vilhena em História Colonial, a Vila de Itapicuru que significa laje carocuda em tupi-guarani, compreendia cinco aldeias, sendo elas: Saco do Morcego, Canabrava, Natuba, Itapicuru de Cima e Massacará. Geograficamente, limitava-se com as freguesias de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia, Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima, São João da Água Fria, Nossa Senhora da Conceição do Soure, Santa Tereza de Pombal, Santo Antônio de Jacobina e a Capitania de Sergipe del Rey. (CARVALHO, 2008).

Atualmente, a área abrange além de Itapicuru os seguintes municípios: Rio Real, Crisópolis, Olindina, Ribeira do Amparo, Tucano, Araci, Euclides da Cunha, Queimadas, Monte Santo, Cansanção, Jeremoabo, Paripiranga, Antas e Cícero Dantas, perfazendo um total de 30.000 quilômetros quadrados (CARVALHO, 2008).

O estudo de Vilhena, utilizado por Sena (1979), indicava que somente na aldeia de Massacará em Itapicuru, viviam cerca de 200 casais de indígenas Quiriris e Catrimbis, além dos Tupinambás em Itapicuru de Cima no século XVIII. Em Natuba (atual Nova Soure), no período de elevação a Vila em 1758, existia cerca de 780 indígenas.

Desde 1636 já existia em Itapicuru uma missão franciscana denominada Saúde ou de Santo Antônio em que, posteriormente, no ano de 1648, fora erguida uma capela e que

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

em 1698 passou a ser uma Freguesia curada com o nome de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru de Cima (SENA, 1979).

O historiador Cândido da Costa e Silva (2000, p. 70) cita as freguesias que eram subordinadas a de Itapicuru, sendo elas: “Monte Santo, Massacará, Inhambupe, Alagoinhas, Boa União, Olhos D’água, Araças, Aporá, Entre Rios e Jeremoabo”, o que demonstrava uma relevante área de alcance e grau de hierarquia naquele período.

Diante do grande contingente populacional do período, já no século XVIII, fora solicitada pelos habitantes da Freguesia de Itapicuru a elevação da localidade à categoria de vila. De acordo com a carta régia de 04/06/1725, enviada pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandez César de Menezes (Visconde de Sabugosa), os motivos seriam os inúmeros insultos que ocorriam naquela localidade e a dificuldade de resolução por parte do juiz de Cachoeira ao qual Itapicuru estava subordinado (SENA, 1979).

Portanto, somente em 28/04/1728 a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima fora elevada à categoria de Vila, mantendo neste período parte da vasta extensão territorial e os aldeamentos indígenas que já existiam antes da instituição da freguesia (SENA, 1979).

No século XVIII os primeiros sesmeiros chegam a Itapicuru e se estabelecem introduzindo a criação de gado bovino e o plantio da cana de açúcar, contando com o auxílio da mão de obra escravizada que subsidiava todo o sistema (ANDRADE, 2017).

Com o passar do tempo, as famílias sesmeiras foram adquirindo outras propriedades rurais em uma região que era dominada pela família Garcia D’Ávila. Em 15/10/1754, o português Baltazar dos Reis Porto comprou da senhora Inácia Pereira Leite, viúva de um descendente de Garcia D’Ávila a fazenda Camuciatá em Itapicuru (CARVALHO JÚNIOR, 2006).

A partir dessa lógica colonizadora de apropriação e uso das terras, mudam-se as relações de poder no Agreste e famílias se instalam e reproduzem vivências de cunho patriarcal em meio à coexistência com grupos indígenas. Baltazar dos Reis Porto foi o sesmeiro e patriarca dos que vieram ser os substitutos dos Garcia D’Ávila na região, formando assim o patriarcado da família dos Dantas, que irão protagonizar ações de liderança na região e encabeçar importantes tomadas de decisões.

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

A família Dantas dá continuidade a sua influência senhorial na região Agreste obtendo importantes cargos. Assim, João Dantas dos Reis Portátil toma posse no posto de Capitão-mor da Vila de Itapicuru em 24 de outubro de 1819.

A partir de então João Dantas se consolida como uma autoridade respeitada na região, rompendo a divisa e adentrando com o seu prestígio até a província de Sergipe del Rey onde contava com o apoio de familiares e amigos na localidade que hoje é conhecida como o município sergipano de Riachão do Dantas cujo nome referencia um riacho que passava na propriedade de seu parente João Dantas Martins dos Reis (IBGE, s.a.s.p).

Com isso, o Capitão-mor de Itapicuru passou a convocar os seus familiares para se empenharem nos eventos em prol da independência como uma forma de demonstrar a sua incontestável liderança na região e ganhar reconhecimento e posição junto ao Conselho Interino Provisório.

O seu filho João Dantas dos Reis Júnior participou ativamente do processo de independência no Agreste e ajudou no recrutamento de soldados e organização das tropas o que contribuiu para que o mesmo fosse confirmado no posto de Tenente-Coronel do regimento de cavalaria e milícias da Vila de Itapicuru após o 02 de julho de 1823 conforme documento de 18 de novembro de 1823.

O Capitão-mor de Itapicuru conforme recibo datado de 28 de maio de 1823 doou 31 (trinta e uma) cabeças de gado ao exército libertador e fez diversas outras doações como papéis e ângulo com estrela. As doações foram significativas e foram objeto de carta do general Labatut agradecendo o entusiasmo e patriotismo do seu fiel escudeiro.

Sendo assim, os Dantas apoiaram de diversas formas a causa da independência, realizaram doações, recrutaram homens, cederam espaço de concentração para as tropas e organizaram toda a logística na região Agreste e até mesmo fora dela como veremos posteriormente no tocante a guarda cívica de Cachoeira liderada pelo Capitão-mor de Itapicuru.

### **Entre tramas, redes de apoio e serviços de inteligência: articulações da vila de Itapicuru como reforço ao exército pacificador**

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

Sabe-se que, desde o início dos conflitos pela independência na Bahia, o Recôncavo Baiano foi cenário de destaque e importância estratégica para o Exército Libertador, pois além de compreender a principal área produtora da província, também reuniu significativa liderança que recrutou pessoas comuns, principalmente escravizados, libertos e povos originários para atuarem como soldados do exército. Essa área produtora teve como extensão estratégica militar a base e quartelamento montado em Pirajá, localidade situada na área suburbana/periférica de Salvador, que representava a porta de entrada por mar para tropas que partiam do Recôncavo rumo à Capital. Esse quartelamento também recebeu reforços de outros pontos do extenso território da Província da Bahia, dentre esses, do Agreste.

Em 06 de setembro de 1822 foi instalado o Conselho Interino do governo da Bahia, em Cachoeira. Todavia, cerca de dois meses antes, em 07 de julho do mesmo ano, a Vila de Itapicuru já havia reconhecido e aclamado D. Pedro I como imperador do Brasil, sendo uma das primeiras vilas a manifestar apoio à causa. O Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil liderou um contingente de 2.000 homens para aclamar Dom Pedro I nas localidades de Campos (atual Tobias Barreto), Lagarto, Santa Luzia, Estância e São Cristóvão em Sergipe (Nunes, 2000).

Em 05 de novembro de 1822 o Capitão-mor de Itapicuru João Dantas dos Reis Portátil toma posse no Conselho Interino do Governo da Província da Bahia conforme termo de posse custodiado pelo Arquivo Público do Estado da Bahia.

Outras estratégias militares e ações de articulação regional podem ser atribuídas sob a liderança do citado Capitão-mor. Inicialmente, ele cedeu sua residência, a fazenda Camuciata para funcionar como quartel general de apoio ao Recôncavo. Foi nesse espaço que ocorreu a recepção ao general Pedro Labatut, quando este adentrou na Província, vindo de Maceió e passando por Sergipe, que faz divisa com Itapicuru, em direção ao Engenho Novo em Pirajá (Carvalho Júnior; Porto Filho, 2016).

A fazenda continuou sendo utilizada em 1823 durante as lutas pela independência da Bahia. O Capitão mor de Itapicuru João Dantas, também organizou e comandou a guarda cívica de Cachoeira, responsável pela proteção daquela vila no Recôncavo.

20 de dezembro de 1822. O Conselho interino do governo da Província da Bahia, aprovou o plano e a proposta que o capitão-

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

mor João Dantas dos Reis Portátil ofereceu para a organização da guarda cívica, destinada a defesa desta cidade, então vila (Aristides Milton, 1903, p. 408 e 35).

Em função disso, o espaço funcionou como ponto estratégico de discussões e deliberações direcionados à inteligência, bem como abrigo de equipamentos bélicos, isso é, foi depósito de canhões e pólvoras vindos de Maceió e Sergipe, além de ser o local de concentração das tropas da região Agreste e das que vinham das Províncias de Alagoas e Sergipe del Rey. “Não havia um só soldado de cavalaria e então o Capitão-mor de Itapicuru, João Dantas dos Imperiais Itapicuru, organiza um esquadrão de 500 praças que marcham para Pirajá” (GARCIA, 1900, p. 78).

Enquanto o desânimo se apodera dos que tem consigo a perspectiva da fé e já alcançam a dureza das provocações na Bahia sitiada, entre os sitiantes, é uma nova explosão de patriotismo, que a certeza da vitória acende. A cavalaria que o Clarim Luiz Lopes, invocara para o triunfo, chega finalmente. Forma-se sob o comando do Capitão-mor João Dantas e são 500 cavaleiros que marcham para Pirajá (PEIXOTO, 1923).

Os povos dos atuais municípios baianos conhecidos como Rio Real, Olindina e Crisópolis, dentre outros, que pertenciam a vila de Itapicuru no século XIX, se juntaram as tropas do Camuciata e engrossaram o coro de independência que ecoava pelo Agreste baiano em 1823, quase um ano após o Sete de Setembro de 1822.

Após esse significativo reforço e atuação nas batalhas em busca da consolidação da independência no Brasil, passaremos a refletir no tópico seguinte, sobre o questionamento: O que houve de benefício ou retorno à região Agreste por sua contribuição no processo?

### **Jogos de interesse e relações de poder: o agreste nas lutas pela consolidação da independência**

O recrutamento de soldados para reforçar as frentes de batalhas partiu de demandas e imposições da classe senhorial. É preciso contextualizar os reais interessados dentro de um processo de lutas e transformações que, apesar de estar respaldado em uma

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

causa justa e um sentido mais restrito, estaria de algum modo fortalecendo e beneficiando fazendeiros e comerciantes que lideraram as frentes de batalhas.

Não obstante, discordamos da perspectiva Freyriana de que todos lutaram como irmãos, em batalhas patrióticas nos quais os envolvidos estavam dispostos a morrer pela Bahia, e que estariam na guerra de livre e espontânea vontade. O que não correspondeu à realidade da região Agreste, em específico, cuja distância geográfica com a zona de conflito era considerável (FREYRE, 2006).

A casa grande e senzala não lutaram harmonicamente, mas protagonizaram as lutas de classes, ao qual o senhor de engenho outorgou a ida dos seus escravizados e empregados à guerra, afinal de contas, na melhor das perspectivas, ninguém estaria disposto a sair de uma região na divisa com Sergipe para ir lutar na cidade da Bahia por uma causa distante em todas as esferas da realidade daqueles indivíduos.

As camadas populares, como enfatizou o historiador Sérgio Guerra Filho (2004), foram fundamentais na guerra bem sucedida do 2 de julho baiano mas, sobretudo, foram imprescindíveis no prestígio político que alguns líderes regionais adicionaram após o término da guerra. Sem os escravizados e indígenas, assim como empregados das inúmeras propriedades rurais baianas, talvez não existissem soldados suficientes para as lutas.

Requisitar e mobilizar esses populares foi algo proveitoso para a pátria e, mais ainda para os senhores de engenho, que receberam os privilégios das tórridas batalhas contra os portugueses, mas a que custo? As respostas para essas perguntas podem nos permitir entender citações do historiador baiano Cid Teixeira (1998) que traçou as principais oligarquias baianas e seus coronéis do Império à República.

O autor menciona a família Dantas como a principal oligarquia de todo o Nordeste baiano durante o Império, e cita um descendente do Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil, que a partir de um gesto de patriotismo durante as batalhas da independência, passou a ser chamado de João Dantas dos Imperiais Itapicuru. O descendente citado foi Cícero Dantas Martins, latifundiário, político e industrial. Tendo fundado com sócios a primeira usina de açúcar do Norte/Nordeste do Brasil em Santo Amaro/BA (Engenho Central Bom Jardim), o que lhe rendeu o título de Barão de Jeremoabo e que protagonizou acontecimentos importantes durante a Guerra de Canudos e é citado no épico *Os Sertões*

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins  
de Euclides da Cunha (2017) e no livro *A Guerra do Fim do Mundo*, do Nobel de literatura Mário Vargas Llosa (PANG, 1979).

A partir dessa perspectiva, refletimos que o processo do 2 de julho na região Agreste é um caminho para entender a formação de grupos oligárquicos e o seu fortalecimento através da data magna baiana, dando ênfase a uma dimensão macro que evidencia todo um universo social que fora esculpido a partir do processo de independência da Bahia. Enxergar este acontecimento além do que nos foi ensinado nas escolas, mas com um olhar crítico sob a região Agreste, em especial Itapicuru, ponto de partida do conflito na região.

Logo, mapeando quais localidades do Agreste lucraram com a independência de Portugal, identificando os supostos beneficiados nessa ruptura do processo de independência a partir do conselho interino instaurado em Cachoeira em 06 de setembro de 1822, no qual Itapicuru participou como uma das dezessete vilas que elegeram procuradores a fim de representá-las. Chegamos à conclusão que a partir deste conflito, os líderes regionais se fortaleceram, aumentando os seus poderes e formando verdadeiras dinastias que perduraram até a República.

Essa vitória (a de Pirajá) encorajou por extremo ao exercício pacificador que progressivamente aumentava em força: já se achava quase completo o batalhão de caçadores nº 3 de que era comandante o major José Antônio da Silva Castro, uma companhia, que tomou a denominação de guarda cívica, criada na Cachoeira (x) servia para manter a polícia nesta Vila (x). Dessa companhia era comandante o capitão mor de Itapicuru João Dantas dos Imperiais Itapicuru (SILVA, 1836, tomo II, p.177 e 178).

Nota-se com isso os verdadeiros heróis do Agreste, que se sacrificaram compulsoriamente em uma guerra distante, cujos louros não foram colhidos por estes.

### **Considerações finais**

Por fim buscamos, neste artigo, compreender e problematizar sobre como Itapicuru conseguiu reunir localidades vizinhas e criar estratégias de apoio e reforço a fim de tornar a Província da Bahia e o Brasil independentes de Portugal. A partir dessa perspectiva, ficou evidenciada que a consolidação da independência na Bahia foi uma

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

conquista de variados povos e regiões, não apenas restrita ao Recôncavo e litoral, que de forma contundente entraram para a história.

Promover essa reflexão e significação histórica na dimensão social e regional é reconhecer, de forma mais ampla, a participação ativa e combativa do povo do Agreste baiano, que embora tenha sido silenciada na historiografia sobre o 2 de julho, tenta se fazer presente em suas respectivas histórias locais através de seus hinos, sítios históricos, monumentos e nome de ruas, sendo maior parte desconhecidos pelo próprios munícipes.

Com isso, constatamos a urgência de que novos debates, reflexões e contribuições sobre outras histórias relacionadas à participação da Bahia na consolidação da independência do Brasil possam alcançar o campo do ensino.

### **LISTA DE FONTES**

1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Carta do General Labatut agradecendo a oferta de papel e de um ângulo com estrela de 13/12/1822.** Ano: 1822.
2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Informação sobre o requerimento de João Dantas dos Reis Júnior para ser confirmado no posto de Tenente-Coronel do regimento da cavalaria de milícias da Vila de Itapicuru datado de 18/11/1823.** Ano: 1823.
3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Recibo de 31 cabeças de gado vacum oferecidos pelo Capitão Mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru ao Exército Pacificador em 28/05/1823.** Ano:1823.
4. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Termo de posse de João Dantas dos Reis Portátil no posto de Capitão-Mor de Itapicuru em 24/10/1819.** Ano: 1819.
5. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Termo de posse de João Dantas no Conselho Interino de governo da Província da Bahia, com sede na Vila de Cachoeira, em 05 de novembro de 1822.** Ano: 1822.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, Samuel. Artigo publicado no **Jornal da Cidade**, Aracaju/SE, 07/09/2022, p. A-8.

ANDRADE, Maristela do Nascimento. **Poder e Política no Brasil Imperial: Traços da Gênese e da Trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850).** Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2017.

**As Câmaras Municipais e a Independência.** V. 1. Nº 71. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino  
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

**O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

**As Juntas Governativas e a Independência.** V. 2. Nº 75. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre:** Uma Dinastia de Pioneiros. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 3ª edição, 1983.

CALMON, Pedro. História da independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** tomo 94, Vol. 148, p. 105, 1923.

CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. (org.) **O velho Itapicuru:** A História de um Passado de Glórias. Edição comemorativa 280 anos. Gráfica e Editora GrafColor, Salvador: BA, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a Política de seu Tempo:** Trajetória de um Líder Conservador na Bahia. EGBA, Salvador/BA, 2006.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil.** Bahia: Ed. FCasa de Cultura Carolina Taboada, 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo, Ed. Martin Claret 1ª edição, 2017.

DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras Movediças:** A Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos (relações sociais na Bahia do século XIX). São Paulo: editora entrHistória, 2007.

DANTAS JR.; João da Costa Pinto. “O Capitão-mor João d’Antas e sua descendência”. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia,** n. 15, 1967.

DANTAS, Manuel Pinto de Souza. **Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas 1831-1894.** Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1962.

DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** V. 79. Senado Federal, Brasília 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo. Global Editora, 2006.

GARCIA, Manoel Correia. **História da Independência da Bahia.** Typ Empreza Editora, Salvador/BA, 1900.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2004.

IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachao-do-dantas/historico>

MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas.** Typ Bahiana de C. Melchiades, Salvador, 1903.

NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000.

PANG, Eul – Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana:**

Alguns Aspectos de sua história 1875-1891. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1979.

PEIXOTO, Afrânio. “2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923)”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Bahia, nº 48, p. 107-127, 1923.

SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano:** Itapicuru 1830-1892. Fundação Cultural da Bahia, Salvador/BA, 1979.

SENA, Consuelo Pondé de. **Os Dantas de Itapicuru.** SBAH, Anais da VI Reunião, São Paulo, 1987.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe:** O Clero Oitocentista na Bahia. Eufba, Salvador, 2000.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia.** Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C, Tomo II, Salvador, 1836.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino  
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

## **O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)**

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. Litoral Norte e Agreste Baiano. In: **Território De Identidade**, s.p. Disponível:

<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 11 de set. 2023.

REIS, Borges dos. **História do Brasil Século XVI A XVIII**. Ed. Tristã e Pinto, 2 Edição, Salvador/BA, 1915.

REIS, João José. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade** – Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. Litoral Norte e Agreste Baiano. In: **Território De Identidade**, s.p.

Disponível: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 11 de set. 2023.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 12ª ed. Bahia: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Cid. **Coronéis e Oligarquias**. Bahia, Ed. UFB, 1998.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassu: Epopéia da Guerra da Independência na Bahia**. Bahia: Ed. Revistas dos Tribunais, 1973.

VIEIRA, Damasceno. **Memórias Históricas Brasileiras**, São Paulo, Ed. Wentworth Press, 2019.

### **Informações dos autores**

Thiago Pinto Dantas - Especialista em Direito Público pela Universidade Tiradentes (UNIT).

Luciana Conceição de Almeida Martins - Doutora em Difusão do Conhecimento, programa de pós-graduação multi-institucional e multidisciplinar (DMMDC/UFBA/2017). Professora do curso de história da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), no curso Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual da Bahia (PROFHISTÓRIA/UNEB) e também nos Colégios Estaduais Alberto Santos Dumont e Duque de Caxias.

### **COMO CITAR ESTE ARTIGO**

ÚLTIMO SOBRENOME (SE HOUVER SUFIXO, INCLUIR), Nome completo (para todos os autores, mantendo a mesma ordem inicial). Título do artigo. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 33 - 45. DOI: